



A História Social da Imprensa de José Marques de Melo: um contributo notável e disruptor à história da imprensa lusófona¹

Jorge Pedro SOUSA²

Resumo:

Demonstrar-se-á, neste artigo, o carácter disruptivo da tese de doutoramento de José Marques de Melo, defendida, em 1972, na Universidade de São Paulo. A tese foi interpretada tendo por base a hermenêutica cultural não crítica, que visa a compreensão das ações humanas e seus resultados. Complementarmente, procedeu-se a uma análise de conteúdo, para apuramento de dados bibliométricos. Sustenta-se que essa primeira tese doutoral que se reivindicou do campo do Jornalismo no Brasil e no Mundo Lusófono assinalou – e, de certa maneira, iniciou – a luta pela afirmação da Comunicação e do Jornalismo como campos científicos na Lusofonia. Abalou as ideias feitas sobre a história da imprensa e, consequentemente, sobre a história do jornalismo no Brasil, no período colonial, já que nela se defende, a partir de uma interpretação funcionalista, que o aparecimento da imprensa no Brasil ocorreu tardiamente não por ação direta e intencional da governação portuguesa mas sim porque não fazia falta à sociedade brasileira de então.

Palavras-chave:

José Marques de Melo. História da imprensa. Brasil. Imprensa lusófona.

José Marques de Melo's *História Social da Imprensa* [Social History of the Press]: a remarkable and disruptive contribution to the history of the Portuguese-speaking press

Abstract:

This paper will demonstrate the disruptive nature of the doctoral thesis of José Marques de Melo, presented in 1972, at the University of São Paulo. The thesis was interpreted based on a non-critical cultural hermeneutics, which aims to understand human actions and their results. In addition, a content analysis was carried out for determining bibliometric data. This paper sustains that this first doctoral thesis in the field of Journalism in Brazil and in the Lusophone World marked - and, in a way, began - the struggle for the affirmation of Communication and Journalism as scientific fields in Portuguese-Speaking countries. It has shaken up the ideas made about the history of the press and, consequently, about the history of journalism in Brazil in the colonial period, since it defends, from a functionalist interpretation, that the beginnings of the press in Brazil occurred belatedly not because of a direct and intentional action on the part of the Portuguese royal power, but rather because it was not needed in the Brazilian society at that time.

Keywords:

José Marques de Melo. History of the press. Brazil. Portuguese-language press.

La *História Social da Imprensa* [Historia Social de la Prensa] de José Marques de Melo: una aportación notable y de ruptura a la historia de la prensa lusófona

Resumen:

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

² Professor catedrático de Jornalismo da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal) e pesquisador integrado do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA). Endereço eletrónico: jorgepedrosousa@gmail.com





Se demuestra en este artículo el carácter de ruptura de la tesis de doctorado de José Marques de Melo, leída en 1972 en la Universidad de São Paulo. La tesis fue interpretada teniendo como base la hermenéutica cultural no crítica, que busca la comprensión de las acciones humanas y sus resultados. Complementariamente, se procedió a un análisis de contenido, para la obtención de datos bibliométricos. Se sostiene que esa primera tesis doctoral que se reivindicó del campo del Periodismo en Brasil y en el Mundo Lusófono señaló - y, de cierta manera, inició - la lucha por la afirmación de la Comunicación y del Periodismo como campos científicos en la Lusofonía. La tesis desafió las ideas existentes sobre la historia de la prensa y, consecuentemente, sobre la historia del periodismo en Brasil, en el período colonial, ya que en ella se defiende, desde el marco teórico de una interpretación funcionalista, que la aparición de la prensa en Brasil ocurrió tardíamente no por la acción directa e intencional del poder portugués, sino porque no hacía falta, entonces, a la sociedad brasileña.

Palabras clave:

José Marques de Melo. Historia de la prensa. Brasil. Prensa lusófona.

Introdução

São vários os campos dos estudos comunicacionais em que se envolveu aquele que é justamente considerado o principal nome dos estudos de comunicação na Lusofonia, José Marques de Melo (cf. GOBBI 2001, 2008; MATTOS, 2010; SOUSA, 2008, 2010, 2013; HOHLFELDT, 2010; ARAGÃO, MORAIS, JACONI, 2013; PEREIRA, GURGEL, ARAGÃO, MORAIS, 2015). Mas, enquanto jornalista e primeiro doutor em Jornalismo do Brasil e da Lusofonia, Marques de Melo sempre denotou uma atenção particular aos estudos jornalísticos (cf. MARQUES DE MELO, 1970; 1972; 1973/2003a; 1985/2003c; 2003b; 2006). A história do jornalismo, em concreto, constituiu, para Marques de Melo, um filão de pesquisa, desde o início da sua carreira de docente e pesquisador universitário. A sua tese de doutorado em Jornalismo, pioneira no Brasil, assim o comprova. Defendida em 1973, na Universidade de São Paulo, intitulava-se *Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Foi publicada sob o título *Sociologia da imprensa brasileira*, no mesmo ano, mas o livro desencantou-o (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 29). Sobre o assunto, Antonio Hohlfeldt (2003, p. 7) enfatiza, no prefácio à *História social da imprensa*, reedição revista do livro de 1973, que Marques de Melo se manifestou “descontente com o título e o tratamento dado à obra naquela ocasião”, algo a que o próprio autor alude (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 29). Daí a reedição da tese, em 2003, depois de revista pelo autor. Assim, pode considerar-se que *História social da imprensa*, de 2003, que tem por subtítulo o título original da tese (*Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*), é a obra que, entre as três versões, deve ser considerada como a mais representativa do pensamento mais recente do autor – sendo, portanto, esta a versão analisada neste artigo, que tem por objetivo apresentar e analisar resumidamente essa obra, segundo um método descritivo-analítico, tendo por





base a hermenêutica cultural não crítica, conforme formulada e situada, no campo da filosofia, por Friedrich Schleiermacher (PALMER, 1969), e reinterpretada, entre outros, por Hans-Georg Gadamer (1960/1999) e Paul Ricoeur (1965/1987), que, conjuntamente com Droysen e Dilthey (PALMER, 1969), a converteram numa metodologia útil às ciências humanas e sociais³.

Interpretando-se, globalmente, os autores citados, pode dizer-se que a hermenêutica se orienta para a *compreensão* das ações humanas e seus resultados, no sentido de que se os fenômenos naturais podem ser *explicados*, os fenômenos históricos, sociais e culturais têm de ser *compreendidos*. Compreensão, na teoria hermenêutica, pode, assim, traduzir-se por apreensão de um sentido para as ações e interações humanas. O conteúdo que baseia a compreensão é, pois, o sentido dado a uma ação humana. A compreensão é, assim, determinada pelo sentido; inversamente, o sentido é determinado pela compreensão. Sendo a atribuição de sentido um produto do pensamento humano, e sendo o pensamento humano uma manifestação discursiva e, portanto, linguística, do pensamento humano, o recurso à hermenêutica como método tem aplicações particularmente relevantes na análise dos textos, enquanto produtos materiais da ação humana.

A compreensão de um texto é aberta, conforme sustenta Ricoeur (1965/1987), para quem a interpretação reside, fundamentalmente, na elaboração de um discurso que busque compreender um discurso original. Interpretar e compreender, no entanto, não pressupõem subjetividade à solta. Interpretar, de acordo com Ricoeur (1965/1987), pressupõe uma apropriação do sentido de um texto, mas as interpretações legítimas de um texto, com vista à sua compreensão, têm de ter em conta, caso se ponderem as aportações de Ricoeur (1965/1987), mas também de Gadamer (1960/1999) e do próprio “pai” da hermenêutica, Schleiermacher (cf. PALMER, 1969), uma reflexão sobre os signos usados pelo autor ou autores do texto, os elementos do próprio texto, o contexto em que o texto foi produzido e a ligação – normalmente, progressiva – entre as partes constitutivas do texto. Tem, ainda, de considerar a interferência do interpretante na interpretação, mediada pela linguagem.

³ Dilthey (1883/2010a; 1910/2010b), por exemplo, propõe que a compreensão da história e do mundo histórico-social tenha em conta os comportamentos humanos. A historicidade, para ele, é constitutiva do mundo social, construído ao longo do tempo pelas ações dos indivíduos. O trabalho do historiador seria o de captar, compreender e descrever ou narrar as ações e relações humanas que, ao longo do tempo, em contextos determinados, moldaram o mundo social e cultural.





Neste contexto metodológico matizado pela hermenêutica, buscou-se compreender e interpretar a pesquisa pioneira de Marques de Melo, conforme foi vertida em livro em 2003 (*História social da imprensa*), procurando desvelar o significado que o autor poderá ter pretendido dar ao texto produzido, resultado material da sua ação autoral. Tiveram-se em conta: os signos usados pelo autor, nomeadamente as unidades de conteúdo⁴ que se oferecem à interpretação e compreensão da obra e que podem indiciar as intenções do autor; as partes – ou capítulos – da obra de acordo com a ordem progressiva dada pelo autor; a progressão no argumentário do autor, conforme vertida no texto; e o contexto em que a obra foi produzida e no âmbito do qual Marques de Melo apreendeu, interpretou e compreendeu o conhecimento já existente, tendo em conta, em particular, a literatura consultada e referida no livro.

Foi também usada análise de conteúdo (quantitativa) para uma compreensão estruturada das referências bibliográficas de Marques de Melo e, conseqüentemente, do contexto interpretativo e metodológico que o autor delineou para a sua obra *História social da imprensa*. Essas referências foram classificadas em categorias, criadas *a priori* e ajustadas *a posteriori* (WIMMER; DOMINICK, 1996, p. 174-191; SOUSA, 2006, p. 345), de acordo com os temas das obras consultadas e a nacionalidade dos seus autores.

A tese

Em *História social da imprensa*, Marques de Melo (2003a) procurou compreender e descrever as circunstâncias históricas que retardaram a introdução da imprensa – encarada como processo social de comunicação coletiva (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 111) – e, conseqüentemente, o desenvolvimento do jornalismo no Brasil. Na obra, Marques de Melo (2003a) considera que o aparecimento da imprensa no Brasil foi tardia não por ação direta e intencional da governação portuguesa mas sim porque não fazia falta, por razões decorrentes da estrutura social brasileira, esta sim resultante da colonização (capitalismo dependente). A tese era original e contrariava a versão oficiosa da história brasileira, que até então privilegiava uma explicação para esse fenómeno unicamente assente na intransigência política e no obscurantismo das autoridades portuguesas, desprezando outros fatores, como a preponderância da cultura oral sobre a imprensa no Brasil (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 24-25). Assim, foi uma tese disruptiva no panorama de então.

⁴ Por unidade de conteúdo considerar-se-á uma parte com significado concreto e delimitável dentro do texto. Uma unidade de conteúdo, neste caso, poderá ser, por exemplo, uma tese ou um argumento, ou ainda uma descrição particularizada de um facto histórico.



Sendo o produto de um doutorado, *Sociologia da imprensa brasileira/História social da imprensa* é, pois, uma obra que apresenta e defende uma *tese* com toda a clareza – algo nem sempre perceptível em teses doutorais. Desde esse ponto de vista, a obra é uma verdadeira *tese*, centrada na defesa de um argumentário sobre o retardamento da introdução da imprensa – e, conseqüentemente, do jornalismo – no Brasil. Essa condição afasta a obra de Marques de Melo de outras histórias da imprensa e do jornalismo e de pesquisas similares já então publicadas na Lusofonia e que se debruçavam, no todo ou em parte, sobre o caso brasileiro (cf. AZEVEDO, 1865; PEREIRA DA COSTA, 1891; CARVALHO, 1904, 1908a, 1908b; BARBOSA, 1900; FLEIUSS, 1922; LIMA SOBRINHO, 1923, 1972; VASCONCELOS, 1939; COSTA e VIDAL, 1940; CUNHA, 1941; FONSECA, 1941; RIZZINI, 1946, 1957, 1968; IPANEMA, 1949; 1968; FREITAS NOBRE, 1950; PASSOS, 1952; DOURADO, 1957; SEGISMUNDO, 1962; BAHIA, 1964; TENGARRINHA, 1965; SODRÉ, 1966; NASCIMENTO, 1969; 1971; COSTELLA, 1970; DUARTE, 1972).

A tese de Marques de Melo enfrentou “a dificuldade de pertencer a um campo novo”, o da Comunicação, e foi enaltecida como a primeira tese de doutoramento em Jornalismo no Brasil⁵ - e, poderíamos dizê-lo, do Mundo Lusófono. A banca examinadora considerou-a uma tese do campo da História, tendo sido necessário a Marques de Melo (2003a, p. 170) situá-la no campo do Jornalismo e da Comunicação e, em especial, do Jornalismo Comparado, que “se auxilia de outras disciplinas, como Antropologia e Sociologia”. A sua preocupação com a História, disse ele à época, ocorreu somente para situar a imprensa “como um primeiro instrumento de comunicação de massas” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 170).

O método

O método que envaza a histórica tese de Marques de Melo é *funcionalista*. Trata-se de uma perspectiva que não constituía novidade no campo dos estudos do Jornalismo, conforme enfatizou, em devido tempo, o autor, lembrando, apropriadamente, os estudos de Otto Groth, estimulados por Max Weber, que inseriam o Jornalismo num sistema de relações funcionais (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 26).

⁵ Reportagem intitulada “Jornalismo brasileiro ganha seu primeiro doutor”, difundida pela AUN – Agência Universitária de Notícias, a 26 de fevereiro de 1973, posteriormente republicada em vários periódicos brasileiros (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 169-170).

O autor recorreu às ideias de Durkheim, aperfeiçoadas por Radcliffe-Brown, segundo as quais um facto social ocorre em função das necessidades, entendidas como *condições necessárias de existência*, do organismo social em que surge, sendo, portanto, necessário ao pesquisador determinar a causa e a função do fenómeno social identificado e delimitado, antes de considerar os seus efeitos (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 27). Nas palavras do próprio autor, o recurso ao método funcionalista obrigou-o a “identificar a correspondência entre um facto social determinado” e as suas “condições necessárias de existência dentro do organismo social, ao qual pertence” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 28). O facto considerado foi “o atraso na implantação da imprensa” e o organismo social considerado foi a “sociedade colonial brasileira” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 112).

Para identificar as *condições necessárias de existência* da imprensa na sociedade colonial brasileira, somos impelidos a admitir, como premissa básica, que o retardamento não se explica por uma única causa (política ou económica), mas por um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 112).

Assim, para Marques de Melo (2003a), vários fatores socioculturais – estruturais da sociedade e da cultura brasileiras – explicam o retardamento da implantação da imprensa no Brasil. Além disso, enquanto não existiu necessidade social orgânica para a introdução da imprensa – relembre-se que perspectivada como um processo social de comunicação coletiva (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 111) – no Brasil, esta não foi implantada no país. Daí que também o jornalismo tenha tido um aparecimento tardio no Brasil, quando comparado com os países europeus e americanos.

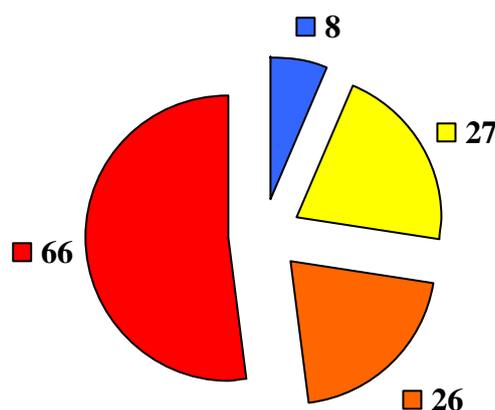
Realce-se que, mais tarde, em 1982, num texto publicado nos *Cadernos Intercom*, Marques de Melo recorre ao mesmo método para explicar as razões para a histórica e continuada crise da imprensa no Brasil: incapacidade aquisitiva dos brasileiros; analfabetismo; pouca tradição de participação política; e elitismo da imprensa. Volta a estas questões em *Teoria do Jornalismo* (MARQUES DE MELO, 2006, p. 93-108).

A estrutura da tese e a evolução do argumentário

A pesquisa de Marques de Melo vertida no livro *História social da imprensa* (2003a) desenvolve-se ao longo de três capítulos, além da introdução, com oito páginas (cf. Figura 1), na qual, ortodoxamente, o autor expõe o marco teórico e o referencial

metodológico. O método é o do afunilamento: o autor examina, consecutivamente, a introdução da imprensa na Europa, nas Américas colonizadas pelos europeus e, finalmente, no Brasil. A introdução e os dois primeiros capítulos, que cumprem, essencialmente, uma função contextual na obra, somam 61 (48%) páginas; o terceiro capítulo, dedicado, especificamente ao tema da tese, soma, apropriadamente, 66 páginas (52%). O total atinge somente 127 páginas de texto, revelando um enorme esforço de síntese e contenção por parte de Marques de Melo. Trata-se, ademais, de uma divisão adequada, que reflete a intenção do autor em dar ao caso brasileiro – tema da tese – efetivo protagonismo.

Figura 1- Número de páginas dos capítulos em *História Social da Imprensa* (2003a)



■ Introdução ■ Capítulo 1 ■ Capítulo 2 ■ Capítulo 3

Fonte: elaboração própria.

Assim, no primeiro capítulo, comportando 27 páginas (na edição de 2003), o autor interpreta, de acordo com uma visão funcionalista, o retardamento da implantação da imprensa no Brasil, que considera decorrente de “um encadeamento de circunstâncias históricas” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 34), a saber: (1) o desenvolvimento do comércio, que teve por consequência secundária a intensificação dos fluxos de notícias e informações; (2) o surgimento da burguesia, grupo social que,



crescentemente, se envolverá nos assuntos públicos, para o que necessitará de informações e educação – esta cada vez mais leiga e menos religiosa; (3) o crescimento do número de funcionários dedicados à administração, à educação, ao policiamento e guerra e a outros serviços, também eles necessitados de educação e informação; (4) o aparecimento das indústrias, entre as quais a tipografia, que fomentará a circulação de livros e outros impressos, como as folhas volantes e os periódicos; (5) o renascimento e expansão da vida urbana; (6) a criação das universidades, estimulante da vida intelectual; e (7) a formação de uma nova elite intelectual culturalmente liderante que se afeiçoou pela leitura (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 31-48).

No entanto, Marques de Melo (2003a, p. 48) defende que o surgimento de folhas volantes e dos primeiros periódicos não equivale a que se possa falar do aparecimento do jornalismo. Ponderando as aportações de Rizzini (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 48), para quem a característica essencial do jornalismo é “a livre publicação regular e contínua de informações”, e de Otto Groth (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 48), para quem o jornalismo tem por características a periodicidade, a atualidade, a universalidade e a recepção coletiva, Marques de Melo (2003a, p. 48) ajuíza que embora as folhas volantes e os primeiros periódicos tivessem algumas dessas características, não tinham recepção coletiva, “pois eram destinados a grupos restritos de pessoas”, e alguns deles não tinham, também, “liberdade de publicação”, devido à censura.

A ideia da recepção coletiva, no sentido de acessibilidade potencial de toda a sociedade aos veículos de comunicação de atualidade só se concretizaria depois (...) [d]a produção em massa, gerada pela Revolução Industrial, e [d]a liberdade de imprensa. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 48)

A explosão do impresso, nomeadamente das folhas volantes e dos periódicos, terá servido os interesses das elites europeias (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 65) e contribuído, de acordo com Marques de Melo (2003a, p. 50-55), para a fortificação dos estados-nação europeus, para a secularização da Europa, para a ascensão do individualismo e para o fomento de um espírito de crítica que minaria os poderes fáticos e levaria os europeus a adquirirem consciência do seu poder para a transformação social – tendo por resultado a imposição generalizada da censura e de outros instrumentos de controlo da imprensa por parte dos poderes estabelecidos.

O segundo capítulo, ocupando 26 páginas da edição de 2003 (cf. Figura 1), é dedicado à introdução da imprensa nos territórios coloniais. Para Marques de Melo (2003a, p. 60), a imprensa, nos territórios colonizados, teve por função *instrumental*





ajudar a “impor os valores dos conquistadores, esmagando as culturas autóctones”. Os meios impressos funcionaram, pois, como “veículos dos padrões culturais e valores religiosos dos dominadores” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 60-61). As variações na velocidade com que a imprensa foi sendo implementada nos territórios colonizados pelos europeus, sustenta Marques de Melo (2003a, p. 69-85), decorreram das necessidades específicas dos colonizadores em cada território colonial, especialmente do funcionamento efetivo das administrações coloniais em cada um destes territórios (a maioria dos primeiros periódicos das Américas, vinca o autor, foram fundados pelas administrações coloniais ou tiveram o seu apoio oficioso), do nível cultural dos colonos e, por vezes, da necessidade e eficácia da catequização dos habitantes nativos.

O terceiro capítulo, de 66 páginas na edição de 2003 (cf. Figura 1), o mais importante da obra, é dedicado à introdução da imprensa no Brasil, associada à transferência da corte portuguesa, fuga das invasões napoleónicas, para o Rio de Janeiro, em 1808 – acontecimento que cria novas necessidades e relações sociais no Brasil, que detonam, inclusivamente, o aparecimento do primeiro periódico noticioso impresso no país – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808⁶:

a implantação da imprensa não constituiu uma iniciativa isolada, mas vinculou-se a um complexo de medidas governamentais capazes de proporcionar o apoio infraestrutural para a normalização das atividades da Coroa Portuguesa, aqui instalada de modo provisório. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 88)

Marques de Melo (2003a, p. 142-149) recorda, a propósito, que as seis tentativas de introdução da tipografia no Brasil anteriores a 1808, desde a tentativa dos holandeses no Recife, em 1642, à tentativa do padre Viegas de Menezes, em Minas Gerais, em 1807, foram goradas porque, no contexto existente, as tipografias não encontraram forma de subsistir (duas delas, no entanto, sucumbiram porque, operando clandestinamente, ainda que não desafiando os poderes fáticos e até mesmo contando com o seu apoio tácito, foram fechadas pelas autoridades coloniais – Recife, 1706, e Rio de Janeiro, 1747). Sublinha o autor, inclusivamente, inspirado em Sodré (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 104) que, quando chegaram ao Brasil, os colonizadores encontraram povos pré-históricos analfabetos cujas culturas foram facilmente aniquiladas sem necessidade de desenvolvimento concomitante da imprensa ou de um sistema educativo – incluindo universidades – que fomentasse e perpetuasse a

⁶ Dada a finalidade e tema da tese, o autor explicita que não lhe interessa discutir a precedência do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 92).



visão da potência colonizadora. De qualquer modo, para ele, o colonialismo português, ao tornar o Brasil dependente da metrópole, atrofiou o desenvolvimento saudável da sociedade brasileira. As razões que retardaram o aparecimento da imprensa e, conseqüentemente, do jornalismo no Brasil, foram, pois, segundo Marques de Melo (2003a, p. 113-141), as seguintes: (1) natureza feitoral e coronelística da colonização; (2) atraso das populações indígenas; (3) predominância do analfabetismo e fraca atividade cultural e científica; (4) ausência de urbanização; (5) precariedade da burocracia e da iniciativa estatal; (6) incipiência das atividades comerciais e industriais – mercado interno irrelevante e comércio externo parco e monopolizado; e (7) censura e obscurantismo metropolitanos.

Portanto, para Marques de Melo (2003a, p. 111), inspirado, até certo ponto, por Danton Jobim (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 96), a explicação para a implantação tardia da imprensa no Brasil e, por conseqüência, para o nascimento tardio do jornalismo brasileiro encontra-se num conjunto de fatores socioculturais e não somente em fatores políticos e económicos, conforme pretendiam, simplistamente, os autores que tinham produzido conhecimento historiográfico sobre a imprensa no Brasil antes da pioneira e revolucionária tese de José Marques de Melo (cf. Figura 2).

Figura 2 - Autores referidos por Marques de Melo com explicações políticas e económicas para o surgimento tardio da imprensa no Brasil

Autores que privilegiam razões políticas (impedimento por parte das administrações colonial e metropolitana para facultar a exploração colonial e impedir uma eventual rebelião ou mesmo a independência do Brasil) ⁷	Alfredo de Carvalho, Moreira de Azevedo, Cunha Barbosa, Alexandre Passos, Juarez Bahia, Paulo Duarte, Luiz do Nascimento
Autores que às explicações políticas acrescentam razões económicas ou que privilegiam razões económicas (exploração económica e impedimento do florescimento de uma indústria tipográfica e editorial autóctone no Brasil) ⁸ ou inexistência de	Rubens Borba de Moraes, Nelson Werneck Sodré, Max Fleiuss

⁷ Por exemplo, a crítica de Marques de Melo (2003a, p. 111) ao grupo de autores encabeçado por Alfredo de Carvalho é a seguinte: “realiza um tipo de análise que procura explicar o fenómeno a partir dos seus presumíveis efeitos. Ao dizer que a imprensa deixa de funcionar na colónia porque poderia provocar a rutura do sistema de dependência a Portugal, ensejando a sua emancipação política, evidentemente aqueles escritores fazem um julgamento que acentua as conseqüências possíveis, deixando de correlacioná-las com as reais causas (e não as aparentes: “legislação restritiva”) que produziram o retardamento.”

⁸ Marques de Melo (2003a, p. 101-104) relembra que os autores brasileiros eram publicados pela indústria editorial metropolitana e as suas obras circulavam no Brasil, o que dá força à ideia de que o poder régio português queria, principalmente, obstaculizar ao surgimento de uma indústria tipográfica e editorial autóctone do Brasil, no quadro da manutenção da exploração económica colonial que encarava o Brasil como fornecedor e não como transformador de matérias-primas.



condições económicas capitalistas – tese de Nelson Werneck Sodré ⁹)	
---	--

Fonte: elaboração própria.

Em suma, interpretando a tese de Marques de Melo (2003a), a explicação para o retardamento da implantação da imprensa no Brasil tem de ser buscada em vários fatores socioculturais e não em explicações puramente políticas, económicas ou político-económicas. A imprensa vingou no Brasil quando se fez permanentemente necessária ao organismo social brasileiro, nomeadamente a partir do momento em que a transferência da corte para o Rio de Janeiro deu novo impulso à administração colonial, à economia, à cultura e à educação. Não vingou antes porque não se fez necessária num território colonizado, predominantemente rural, culturalmente atrasado, economicamente explorado (Portugal queria mesmo impedir a instalação de indústrias manufatureiras no Brasil), socialmente desigual, com uma esfera pública incipiente e sujeito a uma administração colonial e metropolitana censória e mesmo obscurantista.

Análise bibliométrica

Folheando *História social da imprensa*, constata-se não só que há uma grande diversidade de autores citados como também que os autores mais citados na obra são brasileiros e situam-se nos campos do Jornalismo e da Comunicação ou áreas afins (cf. Figura 3). Nelson Werneck Sodré (24 referências) é o autor mais referido por Marques

⁹ Nelson Werneck Sodré (1966) foi o primeiro autor a propor uma periodização para a história da imprensa brasileira, fazendo corresponder os períodos dessa história aos períodos da história política e económica do país. Haveria, pois, essencialmente dois períodos na história da imprensa brasileira: o período da imprensa artesanal (imprensa artesanal, imprensa colonial, imprensa da independência, pasquins, imprensa do império) e o período da imprensa industrial. Marxista, Sodré enfatiza que o surgimento da imprensa é concomitante ao despontar do capitalismo e da burguesia, pois este sistema económico é encarado como determinante para a existência e desenvolvimento da imprensa e a burguesia é encarada como o seu primeiro grupo social beneficiário e estimulador. Na visão de Sodré, residiria, assim, no sistema económico colonial escravagista a explicação para o atraso no surgimento da imprensa no Brasil. Marques de Melo (2003a, p. 106-110), no entanto, opõe-se à explicação de Nelson Werneck Sodré, que considera, inspirado por Darcy Ribeiro (*cit. in* MARQUES DE MELO, 2003a, p. 108), simplista e envasada por um “marxismo dogmático” que pretende “transpor mecanicamente para as Américas as teses clássicas de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo europeu”. Para Marques de Melo, embora a imprensa – e o jornalismo – tenham surgido e florescido graças ao mercantilismo europeu e ao paralelo desenvolvimento da burguesia, fatores estes que ajudam a explicar aquele fenómeno, a imprensa e o jornalismo também foram relevantes para alicerçar o capitalismo e a burguesia (ou seja, são fatores que se influenciaram mutuamente). Além disso, relembra Marques de Melo, o florescimento da imprensa é anterior, na Europa, à afirmação plena do capitalismo, que, de facto, só adquire plenamente as suas características na Revolução Industrial. Acresce que o Brasil foi sujeito desde o início a um modo de exploração mercantil, pré-capitalista, relacionado com a produção de açúcar. Finalmente, a tese de Sodré seria inconsistente porque não consegue explicar, à luz da sua explicação marxista dogmática, por que razão a imprensa surgiu nos territórios da América Latina colonizados por Espanha – onde também não havia um sistema capitalista e havia escravagismo – e da América do Norte, colonizada por ingleses, holandeses e franceses, antes de ter surgido no Brasil.



de Melo, em grande medida por causa da crítica deste último à interpretação marxista dogmática do primeiro sobre o surgimento da imprensa no Brasil (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 106-110). Seguem-se-lhe outros autores do campo do Jornalismo e da Comunicação, como Carlos Rizzini (21 referências), Alfredo de Carvalho (dez referências), Marshall McLuhan (dez referências), Marcello de Ipanema (oito referências), o próprio Marques de Melo (sete referências a obras anteriores), Barbosa Lima Sobrinho (cinco referências) e Luiz Beltrão (cinco referências), mentor intelectual e prefaciador da primeira edição da obra de Marques de Melo (*Sociologia da imprensa brasileira*); e autores de campos afins, como a antropologia, a sociologia, a literatura e a história, de que são exemplos Darcy Ribeiro (doze referências), Sérgio Buarque de Holanda (dez referências), Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (dez referências), Max Weber (oito referências), Gilberto Freyre (oito referências), Florestan Fernandes (sete referências), Douglas McMurtrie (sete referências), F. A. Pereira da Costa (sete referências), Egon Schaden (seis referências), Américo Cortez Pinto (seis referências), Rubens Borba de Moraes (seis referências), Fernand Braudel (cinco referências), Celso Furtado (cinco referências), Manuel Diegues Júnior (cinco referências) e Margaret Aston (cinco referências).

Figura 3 - Autores referenciados em *História Social da Imprensa* (por quantidade de referências)

24	Nelson Werneck Sodré
21	Carlos Rizinni
12	Darcy Ribeiro
10	Alfredo de Carvalho; Marshall McLuhan; Sérgio Buarque de Holanda; Lucien Febvre e Henri-Jean Martin
8	Marcello de Ipanema; Max Weber; Gilberto Freyre
7	Douglas McMurtrie; José Marques de Melo; Florestan Fernandes; F. A. Pereira da Costa
6	Américo Cortez Pinto; Egon Schaden; Rubens Borba de Moraes
5	Luiz Beltrão; Margaret Aston; Fernand Braudel; Barbosa Lima Sobrinho; Celso Furtado; Manuel Diegues Júnior
4	Laerte Ramos de Carvalho; Henri Pirenne; E. A. Kominsky; Émile Durkheim; Alexandre Passos; Frederico G. Edelweiss; Donald Marquand Dozer; Antônio Cândido; Fernando de Azevedo
3	Wilbur Schramm; Robert Escarpit; Fernando Novaes; Toríbio Medina; Moreira de Azevedo; Ruth Benedict; Juan Beneyto; Theodoro Sampaio; Costa Porto; Américo Jacobina Lacombe; Alfredo Valle Cabral; Alfred von Martin; S. H. Steinberg; Caio Prado Júnior; Karl Marx; Nelson Omegna; José Barbosa Mello; Elsa Bastos de Fernández Blanco; Alceu de Amoroso Lima;
2	Leo Huberman; Melville Hrskovits; Danton Jobim; Bronislaw Malinowski; Ralph Linton; Honório Rodrigues; José Ferreira Carrato; Alcântara Machado; Nestor Goulart Reis Filho; Serafim Leite; Mecnas Dourado; Luiz do Nascimento; Juarez Bahia; Roberto C. Simonsen; Cruz Costa; Antonio F. Costella; João Armitage; Alfredo da Cunha; Georg Friederici; J. F. de Almeida Prado; C. J. Pinto Oliveira; Jacques Bourquin; Fernand Terrou; Mário Neme; Serafim Leite; Max Fleiuss; Manuel Múrias; P. Pereira dos Reis; Wilson Martins; João Alfredo Libânio Guedes; José Freitas Nobre; Claude Ballanger; Pedro Calmon; Cruz Costa; Jorge Peixoto; Otho Groth; Manuel Nunes Dias; Robert Merthon
1	John A. Lent; E. Lloyd Sommerland; Gorge Pendle; Herbert Aptheker; Vianna Moog; Adolfo

Otero; José Gonçalves Salvador; Paul Singer; Eduardo Frieiro; Carlos Guilherme Mota; Clemente Brandenburger; Sidney Finkelstein; Svend Dahl; Roberto Macedo; A. da Cunha Barbosa; Paulo Duarte; Wilson Martins; José Tengarrinha; Silva Bruno; Eleutério Cerdeira; Bernard Maitre; Roland Morel Pinto; Lúcio de Azevedo; P. Miguel de Oliveira; A. Martins Afonso; Herbert Passin; Frei Romeu Dale; César Molinero; Derrick Sington; Fred Siebert e Theodore Peterson; Émile Boivin; Georges Weill; Jacques Godechot; José António Gonçalves de Melo Neto; Anita Novinsky; Felix Pacheco; Hermann Watjen; Gonçalves de Melo; Dauri Alden; Luiz Alves de Matos; John Tebbel; Moisés Ochôa Campos; Antônio Cacula Prada; Rafael Carrasco Puente; Adolfo otero; Octavio de la Suarêe; Gondim da Fonseca; Pinto de Aguiar; Nícia Vilela Luz; Virgílio Noya Pinto; Padre Furloug; Thales de Azevedo; J. Abreu; Mário Travassos; Licurgo Costa e Barros Vidal; Alfredo Tannay; Aziz Ab'Saber; Fernando Segismundo; Maria Beatriz Niza da Silva; Senelva de Vasconcelos; José Higinio Duarte Pereira; Serafim Leite; Antônio Soares Amora; Roger Clausse; Jacques Leanté; Raymond Nixon; Angel Faus Belau; Radcliff-Brown; Leslie White; Wilson Martins; Robert Park; Georges Gusdorf; Lewis Momford; P. Ducassé; Gerald Barry; Guntram Prufer; Madeleine d'Ainvelle

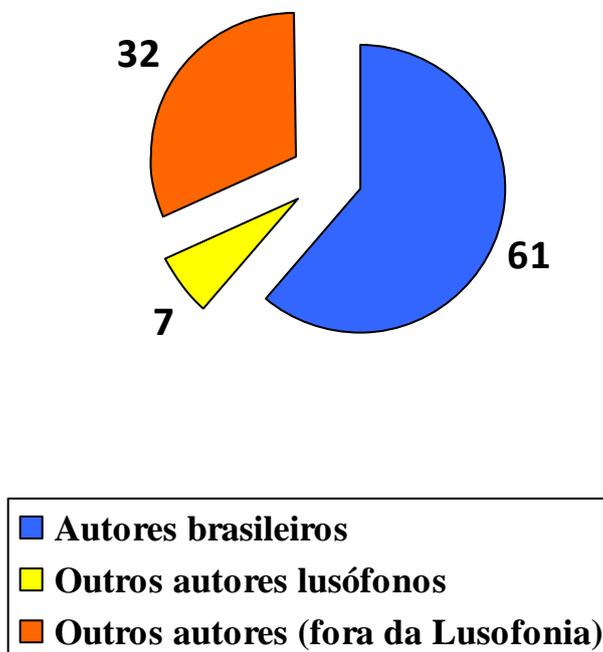
Fonte: elaboração própria.

José Marques de Melo (2003a) insere, por sua vez, 264 entradas na lista de referências bibliográficas de que se valeu, das quais somente quatro são autorreferências a algumas das suas obras anteriores¹⁰. Além de Marques de Melo, os autores com mais entradas na lista bibliográfica são Luiz Beltrão, mentor de Marques de Melo (pesquisador que prefaciou a primeira edição da obra – *Sociologia da imprensa brasileira*, conservando a segunda edição – *História social da imprensa* – o seu prefácio¹¹), com quatro obras referidas; Florestan Fernandes, com cinco obras referidas; Gilberto Freyre, também com cinco obras referidas; e Nelson Werneck Sodré, com seis obras referidas. O facto de prefaciadores e autores com mais obras referidas na bibliografia de *História social da imprensa* serem brasileiros aponta para um quadro conceptual marcadamente autóctone. Essa visão é reforçada por outra constatação: 61 % das obras referidas são da autoria de brasileiros; 7 % de outros autores lusófonos; e 32 % foram elaboradas por autores de fora do universo da lusofonia (cf. Figura 4).

Figura 4 - Nacionalidade dos autores com obras referidas nas referências bibliográficas em *História Social da Imprensa* (valores em percentagem)

¹⁰ **Comunicação social: teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1971; **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1971; **Reflexões sobre temas de comunicação**. São Paulo: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes, 1972; **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

¹¹ A segunda edição – **História social da imprensa** – foi prefaciada por Antonio Hohlfeldt.



Fonte: elaboração própria.

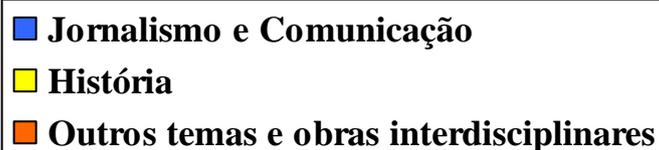
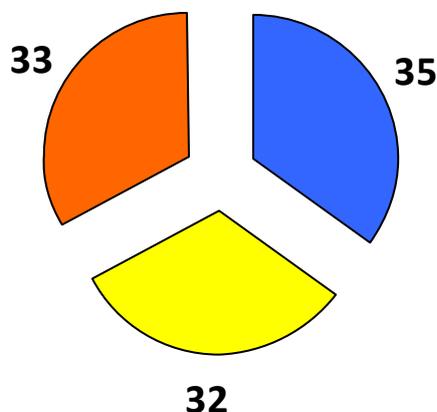
Uma análise de conteúdo à lista de referências bibliográficas revelou que 35% das obras que nela constam podem categorizar-se nos campos do Jornalismo e da Comunicação¹², 32% no campo da História¹³ e 33% pertencem a outras áreas do conhecimento ou têm um caráter interdisciplinar¹⁴ (cf. Figura 5).

Figura 5 - Repartição temática das obras constantes das referências bibliográficas em *História Social da Imprensa* (valores em percentagem)

¹² Classificaram-se nesta categoria as obras sobre Comunicação e sobre Jornalismo em geral, incluindo as obras históricas sobre jornalismo e imprensa e as biografias históricas sobre jornalistas. Excluíram-se as obras específicas sobre tipografia, sobre livros e sobre bibliografias e ainda as coleções de leis (mesmo que respeitantes à imprensa).

¹³ Categorizaram-se em História todas as obras de cariz historiográfico, exceto quando respeitavam especificamente à história da imprensa e do jornalismo ou à história do livro e da leitura.

¹⁴ Nesta categoria classificaram-se todas as restantes obras, agrupando antropologia, sociologia, cultura (incluindo histórias do livro e da leitura e da impressão tipográfica de livros e outros impressos não periódicos), direito (incluindo coletâneas de legislação), política, desenvolvimento e temas interdisciplinares ou transversais.



Fonte: elaboração própria.

A divisão temática das obras consultadas é equilibrada, mas deve assinalar-se que a maioria relativa destas obras pode reivindicar-se como pertencendo aos campos do Jornalismo e da Comunicação, quase constituindo um manifesto do autor, ao reclamar a condição de pertença da sua tese a estes novos campos que lutavam para se legitimar quer como campos de conhecimento científico, no vasto quadro das ciências humanas e sociais e das humanidades, quer como disciplinas sérias a serem consideradas no seio das universidades do mundo lusófono.

Conclusões

A tese de Marques de Melo foi revolucionária e disruptiva. Primeira tese doutoral que se reivindicou do campo do Jornalismo no Brasil e no Mundo Lusófono, desde logo, assinalou – e, de certa maneira, iniciou – a luta pela afirmação do macrocampo da Comunicação e do campo específico do Jornalismo na Lusofonia. Abalou as ideias feitas sobre a história da imprensa e, conseqüentemente, sobre a história do jornalismo no Brasil. É um contributo notável à história da imprensa e do

jornalismo lusófonos, já que evoca fenómenos concomitantes a Portugal e ao Brasil num tempo colonial. Foi, no entanto, uma tese que buscou uma explicação autóctone para um fenómeno autóctone – o retardamento da aparição da imprensa no Brasil. Fundamentada, baseou-se na reinterpretação de dados e na adoção, adaptação ou refutação de algumas ideias, de vários autores. Mostrou as virtudes do método interpretativo funcionalista, tão infundadamente descredibilizado, posteriormente, nas pesquisas sobre Comunicação e, em concreto, nos Estudos Jornalísticos. E demonstrou as fragilidades da aplicação acrítica e dogmática de determinados métodos interpretativos – como o marxismo – para explicar o retardamento no surgimento da imprensa – e do jornalismo – num país periférico como o Brasil, sujeito, conforme pretendia Darcy Ribeiro (*cit. in* Marques de Melo, 2003a, p. 112), a um processo de *atualização histórica*¹⁵.

Referências

ARAGÃO, Yury Parente; MORAIS, Osvando J. de; JACONI, Sônia (Org.). **Fortuna crítica de José Marques de Melo**. Jornalismo e midiologia. São Paulo: Intercom, 2013. (Coleção Fortuna Crítica, v. 1).

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 28, parte II, p. 169-224, 1865.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. v. 1. Santos: Martins, 1964.

BARBOSA, A. da Cunha. Origens e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 63, v. 102, p. 239-262, 1900.

CARVALHO, Alfredo de. Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 11, n. 64, p. 710-716, dez. 1904.

_____. **Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**: dados históricos e bibliográficos. Recife: Tipografia do *Jornal do Recife*, 1908a.

_____. Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Número especial – Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, parte I, p. 3-71, 1908b.

¹⁵ Mecanismo de incorporação em sistemas mais evoluídos de povos tidos como atrasados na história, por meio de situações negativas (destruição cultural, dependência económica...) ou positivas (modernização, adoção de novas técnicas e tecnologias...).

COSTA, Licurgo; VIDAL, Barros. **História e evolução da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940.

COSTELLA, Antonio F. **O controle da informação no Brasil**: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa. Petrópolis: Vozes, 1970.

CUNHA, Alfredo da. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

DILTHEY, Wilhelm Christian Lüdwig, **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: UNESP, 2010a [obra publicada originalmente em 1883].

_____. **Introdução às ciências humanas**: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. São Paulo: Forense Universitária, 2010b [obra publicada originalmente em 1910].

DOURADO, Mecenaz. **Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense**. 2 v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: USP, 1972.

FLEIUSS, Max. A imprensa no Brasil. In: **Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca**: (1808-1908) Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FREITAS NOBRE, José. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Leia, 1950.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999 [obra publicada originalmente em 1960].

GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Grandes nomes da Comunicação**: José Marques de Melo. Recife: Centro de Estudos da Imprensa e Universidade Católica de Pernambuco, 2001.

GOBBI, Maria Cristina. José Marques de Melo: o mestre de todos nós. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. **Anais...**, São Paulo: ALCAR, 2008, p. 1-15. (Trabalho apresentado no GT de Midiologia).

HOHLFELDT, Antonio. Prefácio à 2. ed.. In: MARQUES DE MELO, José. **História social da imprensa**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2003, p. 7-12.

HOHLFELDT, Antonio (Org.). **José Marques de Melo**: construtor de utopias. São Paulo: Intercom, 2010.

IPANEMA, Marcello de. **Legislação de imprensa**. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. (2 v: v.1 – Leis de Portugal e de D. João; v. II – Leis do Brasil).

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. Estabelecimento da tipografia e origem do jornalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Comunicação**, ano 1, n. 1, p. 71-96, 1968.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

_____. A imprensa na independência. In: MONTELLO, Josué (Dir.). **História da independência do Brasil**: edição comemorativa do sesquicentenário. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972, v. II, p. 7-43.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira Editora, 1972.

_____. Brasil: Imprensa e capitalismo dependente. **Cadernos Intercom**, ano 1, n.º 3, p. 70-79, ago. 1982.

_____. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil Porto Alegre: EdIPUCRS, 2003a. [reedição revista de **Sociologia da imprensa brasileira**, Petrópolis: Vozes, 1973].

_____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003c [reedição de **A opinião no jornalismo brasileiro**, Petrópolis: Vozes, 1985].

_____. **Teorias do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org). **De Belém a Bagé**: imagens midiáticas do Natal brasileiro. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO/UMESP, 1998.

MARQUES DE MELO, José; QUEIROZ, Adolpho. **Identidade da imprensa brasileira no final de século**. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO/UMESP, 1998.

MATTOS, Sérgio. **O guerreiro midiático**. Biografia de José Marques de Melo. São Paulo: Intercom; Petrópolis: Vozes, 2010.

MELLO, José Barboza. **Síntese histórica do livro**. Rio de Janeiro: Leitura, 1972.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

_____. **Sesquicentenário do primeiro jornal pernambucano**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1971.

PALMER, Richard. **Hermeneutics**: interpretation theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, and Gadamer. Evanston: NUP, 1969.

PASSOS, Alexandre. **A imprensa no período colonial**. Rio de Janeiro: MEC/Serviços de Documentação, 1952.

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg; GURGEL, Eduardo Amaral; ARAGÃO, Iury Parente; MORAIS, Osvando J. de (Org.). **JMM Fortuna crítica de José Marques de Melo**: liderança e vanguardismo. São Paulo: INTERCOM, 2015. (Coleção Fortuna Crítica, v. 4).

PEREIRA DA COSTA, F. A. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 39, p. 25-50, 1891.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987 [obra publicada originalmente em 1965].

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

_____. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SEGISMUNDO, Fernando. **Imprensa brasileira**. Vultos e problemas. Rio de Janeiro: Alba, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2. ed. rev. e aum. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

_____. Marques de Melo: su pensamiento periodístico. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 104, p. 18-25, dez. 2008.

_____. José Marques de Melo: teórico do jornalismo/José Marques de Melo: teórico del periodismo/José Marques de Melo: theorist of journalism. In: HOHLFELDT, Antonio (Org.). **José Marques de Melo**: construtor de utopias. São Paulo: Intercom, 2010, p. 43-58; 137-152; 231-245.



_____. José Marques de Melo: expoente dos estudos jornalísticos no mundo lusófono. In: MORAIS, Osvando J. de; LAURINDO, Roseméri; JACONI, Sônia (Org.). **EntreNações e Inter-Relações: Marques de Melo e a comunicação em diálogos**. São Paulo: Intercom, 2013, p. 183-214.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugália, 1965.

VASCONCELOS, Sanelva de. **Prelos & jornais**. Recife: Oficinas Gráficas do *Diário da Manhã*, 1939

WIMMER, Roger D.; DOMINICK, Joseph R. **La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos**. Barcelona: Bosch, 1996.

Submetido em: 24.09.2018

Aprovado em: 23.10.2018